

## PODERES

Ministério da Saúde/Divulgação



Quantidade de técnicos da Saúde em território indígena aumentou em 155%, segundo o Planalto, com o funcionamento dos polos-base

# Resposta aos casos de malária

Após o STF cobrar explicações do governo sobre o aumento de casos da doença da malária entre Yanomamis, Planalto justifica com o avanço da testagem

» RAPHAEL PATI

Dois dias após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso ter estabelecido o prazo de 10 dias para que o governo federal respondesse sobre o aumento de casos de malária na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República informou, em nota, que cumprirá a determinação de prestar todas as informações dentro do prazo, que se encerra no domingo da semana que vem.

"Todas as informações solicitadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) serão prestadas dentro do prazo estabelecido, assegurando o compromisso com a transparência e a continuidade das ações", informou a Secom. No mesmo documento, o governo explica que o aumento do número de casos nos últimos meses se deve ao aumento do número de testes realizados no território indígena.

"Com a ampliação da busca ativa e do acesso ao diagnóstico oportuno e tratamento, houve aumento de 73% no número de exames de malária realizados e, consequentemente, também aumento dos casos reportados, mas com queda de letalidade", explica, ainda, a assessoria da Presidência, que informou ainda que foram implantados 29 sistemas de abastecimento de água no território, com mais 18 em construção ou em reforma, além da distribuição de mais de 114 mil cestas de alimentos.

Também de acordo com o governo federal, foram reduzidas em 95% as novas áreas de garimpo na região em dois anos de "atuação intensiva e coordenada", que envolveu 33 órgãos federais. Além disso, o Planalto informou que foi garantido o funcionamento de todos os polos-base do território, o que ampliou em 155% o número de profissionais no território yanomami.

Segundo o Planalto, houve uma redução de 27% no número de mortes no primeiro semestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano anterior, com quedas expressivas nas mortes por malária, em 35%, além de outros casos recorrentes, como desnutrição (-68%) e infecções respiratórias (-53%). "O

Antonio Augusto/STF



Barroso deu prazo para governo se manifestar até domingo que vem



**A coordenação entre as diversas instituições envolvidas, em todas as fases da doença, isto é, da prevenção, diagnóstico, tratamento imediato, inclusive, dos casos de alta complexidade, até a realização de programas de combate ao vetor, resultará em uma sensível diminuição no número de pessoas infectadas pelos agentes causadores da malária"**

Hermeson Luz, médico infectologista

governo federal segue atuando de forma estruturada e contínua para reverter anos de negligência e garantir que os povos Yanomami tenham autonomia, dignidade, assistência e segurança em seu território, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos indígenas e a soberania nacional", conclui a nota.

## Infecções

A determinação de Barroso foi publicada na quinta-feira e atende a um pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) que apontou, em manifestação enviada ao STF ainda em janeiro, que os casos de

malária na região haviam aumentado 27% entre 2023 e 2024, segundo dados do Ministério da Saúde. A Apib ainda relatou que as ocorrências de desnutrição e infecção respiratórias agudas estão em "constante crescimento".

Os dados mostram que, em um período de seis meses, cerca de 18,3 mil casos foram registrados em um conjunto populacional de 32 mil indígenas, o que indica que mais da metade da população foi possivelmente contaminada nesse intervalo de tempo. Na visão da associação, embora o boletim indique que o aumento dos casos notificados esteja relacionado ao aumento da cobertura dos serviços de saúde,

o número é "estrangeiro".

Ainda segundo a Apib, houve falha do Ministério da Saúde na transparência das informações sobre o combate à emergência de saúde na terra indígena, "uma vez que a ausência de periodicidade nas informações públicas, bem como o longo período no qual são elaboradas, denota uma ausência de compromisso com o repasse de informações adequadas para que se possa realizar um balanço das informações apresentadas".

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, esteve em Roraima no mês passado para uma reunião com lideranças indígenas. Na ocasião, ela destacou o impacto do garimpo na região como intensificador da doença e frisou que o combate à desnutrição entre as crianças. "É importante falarmos hoje sobre a malária em crianças, porque a medicação é diversa, então estamos atuando na prevenção, através do uso de biolarvicida, mosquiteiros e de borrifações. Sabemos que em função de todo o impacto do garimpo aumentou muito a malária na região", disse.

Apesar disso, segundo as lideranças locais, o garimpo ainda é um problema rotineiro na região e os casos de malária, doenças respiratórias e diarreias são cada vez mais frequentes na região, como reforçou a Apib. Para o médico infectologista Hermeson Luz, é fundamental levar em conta que o acesso imediato ao diagnóstico e tratamento imediato são essenciais para o controle da malária.

No entanto, Luz explica que é necessário diferenciar o aumento real de casos, com um maior acesso a métodos diagnósticos, visto que um número maior de testes sendo realizados, consequentemente, pode elevar o número de pacientes infectados encontrados, mesmo em fases subclínicas. "Logo, o maior acesso aos exames aumentará as estatísticas", frisa.

"Certamente, a coordenação entre as diversas instituições envolvidas, em todas as fases da doença, isto é, da prevenção, diagnóstico, tratamento imediato, inclusive, dos casos de alta complexidade, até a realização de programas de combate ao vetor, resultará em uma sensível diminuição no número de pessoas infectadas pelos agentes causadores da malária", completa Luz.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Semipresidencialismo é uma jabuticaba política

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que propõe o semipresidencialismo e o voto distrital misto no Brasil a partir das eleições de 2030, apresentada pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PR) e outros parlamentares de Centro à Câmara dos Deputados, é vista por muitos caciques do Congresso como a melhor alternativa para evitar novos impeachments. Resgata uma antiga proposição (PEC 20/29) do ex-deputado Eduardo Jorge, que hoje lidera movimento em rede denominado Livres da Polarização, ao lado do ex-deputado Roberto Freire, do cientista político Augusto de Franco e do vereador Gilberto Natalini (PV).

No semipresidencialismo, o presidente eleito pelo voto popular direto divide o poder com um primeiro-ministro nomeado por ele, ouvindo os partidos com maiores representações na Câmara. O Brasil teve dois regimes semelhantes, o "parlamentarismo às avessas" do Segundo Reinado, cujo poder moderador era exercido pelo imperador Pedro II, uma grande jabuticaba institucional, e a "República Parlamentarista" do começo dos anos 1960, no governo João Goulart.

Em 1847, o Imperador deixou de nomear todos os ministros, passando a nomear apenas o presidente do Conselho, que, por sua vez, escolhia os demais integrantes do ministério, de acordo com o parlamento. Evitava o desgaste político, sem que este tivesse diminuída sua autoridade, em um sistema inspirado no parlamentarismo britânico. O modelo durou 42 anos, ou seja, até a proclamação da República.

A segunda experiência foi a breve "República Parlamentarista", uma fase do governo João Goulart, de 8 de setembro de 1961 a 24 de janeiro de 1963, o que corresponde a 1 ano, 4 meses e 17 dias (504 dias). Em meio a uma crise militar, a adoção do parlamentarismo foi a contrapartida para a posse de João Goulart (PTB), o vice-presidente eleito pelo voto direto, que viria a substituir Jânio Quadros (UDN), que renunciara.

Foi um período conturbado, com três primeiros-ministros: Tancredo Neves (307 dias) e Francisco Brochado da Rocha (68 dias), do PSD; e Hermes Lima (128 dias), do PTB. Um referendo restabeleceu o presidencialismo pelo voto popular em 1963. Em 31 de março do ano seguinte, Jango seria deposto pelos militares, o que resultou em 21 anos de ditadura.

Durante a Constituinte de 1987, havia uma maioria favorável ao parlamentarismo, mas o regime não foi adotado. Futuros candidatos a presidente da República, Ulysses Guimarães e Mario Covas inviabilizaram a proposta. O presidente José Sarney até estava disposto a apoiar o parlamentarismo, desde que o seu mandato presidencial, que era de seis anos, não fosse encurtado de cinco para quatro anos, mas não houve acordo.

Entretanto, um plebiscito sobre a adoção do parlamentarismo e a volta à monarquia foi convocado pelos próprios constituintes. Cerca de 36,6 milhões de eleitores (55,41%) votaram pelo presidencialismo, contra 16,4 milhões de parlamentaristas (24,79%). A República foi a opção de 43,8 milhões de eleitores (66,28%), contra 6,8 milhões de monarquistas (10,29%). Participaram do plebiscito 90,2 milhões de eleitores.

## À francesa

O semipresidencialismo da emenda Hauly é um eufemismo de inspiração francesa, no qual o presidente da República compartilha o governo com o parlamento, porém mantém muito poder. É uma jabuticaba sugerida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes ao ex-presidente Michel Temer, que empoderou o Congresso durante seu governo e pretendia levá-la adiante. A emenda Hauly divide o poder do presidente eleito pelo voto direto com um primeiro-ministro nomeado por ele, ouvido os partidos com maiores representações na Câmara. De acordo com a proposta, o primeiro-ministro será um dos integrantes do Congresso Nacional maiores de 35 anos.

O presidente da República atua como chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas, com o dever de garantir a unidade e a independência da República, a defesa nacional e o livre exercício das instituições democráticas. Já o primeiro-ministro, juntamente com o conselho de ministros de Estado, chefia o governo.

O primeiro-ministro elabora e apresenta ao presidente da República o programa de governo e, uma vez aprovado, comunica seu teor à Câmara dos Deputados. Deve comparecer mensalmente ao Congresso, para explicar a execução do programa de governo ou expor assuntos de relevância para o país. Sustenta-se no apoio da Câmara dos Deputados. Quando esse apoio faltar, todos os ministros devem renunciar. Ou a Câmara pode votar a destituição do governo, por meio do voto de censura.

A emenda Hauly muda também o sistema eleitoral no Brasil, instituindo o voto distrital misto para a Câmara dos Deputados. Pelo sistema sugerido, o eleitor terá dois votos desvinculados: um para o candidato de seu distrito eleitoral e outro para o partido de sua preferência. Segundo o deputado Hauly, o "presidencialismo arcaico praticado no Brasil" já não tem sustentabilidade. "Esse quadro institucional precisa ser revisto para que o Brasil não enfrente as prolongadas e incertas crises políticas que antecederam as quedas de Collor e Dilma e acabam afetando também o quadro econômico brasileiro", justifica.